

ROCHA, Afonso: *O Positivismo de Comte. O imperativo da sua reinterpretação*, Universidade Católica Editora, Porto, 2019, 118p.

Nas páginas deste livro, Afonso Rocha assume a tarefa de reinterpretar Comte, motivado por um interesse teológico-metafísico, que, além de remover a doutrina acerca do filósofo francês, vai ter como consequência recolocar a sua filosofia, o Positivismo, na atualidade do pensamento contemporâneo.

No “Prólogo” (pp. 9-23), Rocha enquadra Auguste Comte (1798-1857), na esteira de Kant, entre os filósofos modernos, aqueles que, entre o século XVIII e XIX, abalam o pensamento antigo, i.e., a filosofia teológico-metafísica e, nomeadamente, a escolástica cristã-católica. Nessa viragem, Comte radicalizaria a restrição praticada por Kant no teológico-metafísico, mas sem adotar uma perspetiva materialista. Esta é a tese de Rocha, que chega a falar do reto que o Positivismo de Comte lança no sentido de pôr a hipótese “de uma teologia e uma metafísica reinventadas e reformuladas relativamente à “filosofia teológico-metafísica” tradicional” (p. 12). Mas, esta não é a perspectiva imperante na receção da filosofia de Comte, o seu Positivismo, no panorama filosófico internacional e nomeadamente no pensamento português, sendo Comte ferozmente criticado, ou alternativamente valorizado, como materialista. Daí que Rocha emprenda uma cuidada exposição e uma cuidadosa análise e interpretação do pensamento de Comte, com base no *Cours de Philosophie Positive* (1830-1842) e no *Catéchisme positiviste* (1852). Desde o começo, salienta a natureza filosófica, não científica e não materialista, do Positivismo. Comte, expressamente, apresenta-se como filósofo, e o seu Positivismo como filosofia, numa linha de pensamento que, arrancando dos filósofos da Ilustração e do Romantismo,

---

Recibido: 12/04/2020. Aceptado: 17/04/2020.

chega, no seu enraizamento, até Aristóteles. Quatro serão as temáticas em pormenor examinadas: a lei dos três estados, a hierarquia das ciências positivas, os fenômenos sociais e a Religião da Humanidade.

“A lei dos três estados” (pp. 25-44) constitui o núcleo e a base da formulação da filosofia positivista. Segundo Comte, o ser humano, no conhecer, terá passado por essas três fases evolutivas, de tal modo que cada uma subsume e supera a anterior. No estado teológico, a produção (e a explicação) dos fenômenos é atribuída a agentes sobrenaturais; no estado metafísico, esses agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas; no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, entrega o conhecimento ao uso combinado na razão e a observação para explicar os fenômenos e estabelecer ligações entre os fatos (p. 30). Para Rocha, o que se impõe como consequência do advento do estado positivo, e a filosofia positivista, é a recolocação do absoluto e do saber acerca do absoluto (pp. 32-36). O que aparece baixo esse rótulo, o absoluto? Por exemplo, na teologia e metafísica tradicionais: Deus, a religião, o mundo. Como é que o seu conhecimento é encarado? Com a adoção do Positivismo, a teologia e a metafísica não podem pretender nem ser um conhecimento do mesmo tipo nem ter o mesmo valor de verdade que a filosofia positiva. Mas, sustenta Rocha, pode haver teologia e metafísica, diferentes das tradicionais e com pretensões (no plano do saber e também do fazer) diferentes das tradicionais. Dentro do contexto de generalizada rejeição do Positivismo, Rocha assinala exceções, detendo-se em especial em Sampaio (Bruno), como mostra de pensar teológico e metafísico em paralelo com o Positivismo (pp. 39-40). Para explicar a rejeição quase geral do Positivismo na filosofia portuguesa, Rocha aponta dois fatos: o contexto em que, no século XIX, se produziu a recepção do Positivismo e a formação filosófica, de cunho tradicional até tempos recentes, dos pensadores portugueses (pp. 43-44).

“A hierarquia das ciências positivas” (pp. 43-64) é uma consequência da aplicação da lei dos três estados, mas não só. Como assinala Rocha, Comte para classificar e hierarquizar as ciências tem em conta, por uma parte, a natureza dos conhecimentos e, por outra parte, os objetos do conhecimento. Comte examina as ciências, a partir do estado em que se encontram, tomando em consideração, para classificá-las, a sua coordenação e a sua perfeição (pp. 47-48). Distingue, em cada ciência, a marcha histórica e a marcha dogmática. Uma cabal compreensão de qualquer conhecimento requer a história da formação desse conhecimento. Mas, Comte acha, que no estado atual, o positivo, o desenvolvimento atingido pelas ciências obriga,

quase, a ficar com a perspectiva dogmática, isto é, com o exame do estado atual dos conhecimentos. Pelas suas dependências e subordinações, estabelece a seguinte hierarquia científica: astronomia, física, química, fisiologia e física social (p. 51). Mas, para estabelecer essa escala, ele também toma em consideração os objetos do conhecimento (pp. 52-56): os corpos brutos (astronomia, física, química) e os corpos organizados (fisiologia, física social). Ora, Comte não fica por aí e acrescenta, nessa classificação, primeiro a matemática (p. 60) e depois a sociologia positiva (p. 69). A matemática, diríamos agora, é transversal a todas as ciências. Mas, o verdadeiramente interessante é a proposta e incorporação da sociologia positiva. Pois, Comte, como sublinha Rocha, não entende a classificação e hierarquia das ciências como algo absoluto, definitivo e inalterável. É o contrário: a classificação/hierarquia, a enciclopédia das ciências, é algo sujeito à evolução, à alteração e ao progresso (pp. 61-64).

“Os fenômenos sociais” (pp. 65-85): é pela consideração dos fenômenos sociais, da sua especificidade relativamente aos fenômenos naturais, que Comte alarga a sua classificação das ciências e propõe uma nova, a sociologia positiva (pp. 68-69). Com a sociologia, um saber positivo racional, mas imperfeito, dá começo um conhecimento, não teológico e/ou metafísico, dos fenômenos sociais. Nessa viragem, do teológico-metafísico para o positivo, Rocha sublinha a mudança operada e ressaltada por Comte, a nível filosófico, da imaginação para a observação, da ficção para a realidade e do absoluto para o relativo (p. 72). A nova ciência, a sociologia, deve ser condizente com os fenômenos sociais, caracterizados pela sua complexidade, a sua modificabilidade, inclusivamente pela intervenção humana (p. 74). E, além disso, deve tomar-se em consideração o desenvolvimento a que estão sujeitos os fenômenos sociais, um progresso continuado, que inclui o aperfeiçoamento material e o intelectual, sendo este segundo Comte superior e devendo ser em consequência subordinante de aquele (p. 78). A lei dos três estados, na sua realização, é a divisa e a expressão desse progresso social. Ora bem, sublinha Rocha seguindo Comte, essa progressão contínua jamais será plenamente realizável, não passando de um progresso de essência inacabada, incompleta e imperfeita (pp. 82-83, 84). Pois, os fenômenos sociais, anota Rocha, “consustanciam “fenômenos” de natureza “transpositiva” e “meta-física”” (p. 85).

“A Religião da Humanidade” (pp. 87-112): Rocha coloca no início duas questões que podem servir como as conclusões deste capítulo: a sua estranheza por este tema ser descuidado, no geral, pela receção crítica e a interpelação que suscita quanto à possível (e habitual) qualificação da filosofia

de Comte como materialista. Pelo contrário, este capítulo, em linha com os três anteriores (sobre a lei dos três estados, a hierarquia das ciências positivas e os fenômenos sociais) referenda a possibilidade, pelo menos subliminar, de uma afirmação do “trans-positivo” e/ou “meta-físico” (p. 87). Comte insere a sua proposta da Religião da Humanidade na procura, ao longo da história, de uma religião universal, que, segundo ele, satisfazem, apenas em parte, o Catolicismo em Ocidente e o Islamismo em Oriente. Mas, segundo Comte, não é possível alcançar uma síntese entre elas, pois nenhuma religião verdadeiramente universal poderá ter um fundamento e/ou horizonte sobrenatural. Por isso, ele propõe substituir Deus pela Humanidade, uma Deusa (pp. 90-91). Nessa religião distingue, e estuda Rocha, três partes: o culto, a mais importante (pp. 94-99), o dogma (pp. 100-105) e o regime (pp. 106-108). O culto é baseado no sentimento, é privado e público, e tem como protagonistas a mulher, o proletário e o padre. Dentro do culto público, Rocha recolhe o “calendário positivista”, com a sua organização de meses, personagens, temáticas e celebrações (p. 99). O dogma é o conteúdo doutrinário, racional, da religião positiva. Finalmente, o regime engloba o conjunto das regras, as instituições e a organização do domínio da prática. Rocha lembra os sacramentos positivos (p. 108) e expõe, em pormenor, o sacerdócio, a formação, funções e moral do sacerdote positivista.

Afonso Rocha oferece, ainda, um resumo das suas teses numa “síntese conclusiva” (pp. 113-116), que achamos indicativa do estilo do autor: dialético e didático. Dialético, porque debate, e didático, porque expõe. Daí, duas virtudes e virtualidades deste livro, que poderá interessar tanto aqueles que quiserem conhecer o pensamento de Comte, a sua filosofia positivista, quanto aqueles que quiserem tirar consequências dessa filosofia positivista, e ir além do Positivismo, com ou sem o Positivismo.

Luís G. Soto